



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

PAPEL DE TRABALHO
Análise de Processos de Inexigibilidade de Licitação

ÓRGÃO	:		
TIPOS DE AVALIAÇÃO	: Processo n.º		
HISTÓRICO	:		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	:	ELEMENTO DE DESPESA	:
FONTE	:	VALOR	:
CREDOR	:		
LINHA DE PROCEDIMENTO	: Analisar e avaliar o regime de execução das despesas, para comprovar a legalidade e a legitimidade dos pagamentos.		

QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO : **Inexigibilidade de Licitação**

N.º	PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	OBSERVAÇÕES
01	O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão e visto do responsável?	Art 38, caput, Lei n.º 8.666/93 e alterações	()	()	
02	Consta termo de referência ou projeto básico, descrevendo as características do produto, forma de fornecimento, valor estimado, objetivo e justificativa da contratação?	Art. 7º, 14º, 15º § 7º da Lei n.º 8.666/93	()	()	
03	Consta pesquisa de mercado (cotação de preço) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e/ou metodologia utilizada?	Art 7º, § 2º, II c/c inc. V, art.15, Lei n.º 8.666/93 e alterações	()	()	
04	Consta Anexo de Solicitação de compras/serviços, assinados pelo Ordenador de despesa e demais autoridades competentes?	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
05	Os recursos orçamentários previstos no Anexo de Solicitação de compras/serviços estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação?	Art 7º, § 2º c/c art 14, Lei n.º 8.666/93	()	()	
06	Consta ND de bloqueio de saldo orçamentário suficiente para a realização da despesa?	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
07	Consta documentação que comprove a situação de inexigibilidade?	Art. 25, Lei n.º 8.666/93	()	()	
	Consta a razão para a escolha do fornecedor, comprovação de que o preço está compatível com o do mercado, quando for o caso?	Art. 26, II e III Lei n.º 8.666/93			



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

08	Consta justificativa para a dispensa inexigibilidade da licitação?	Art. 26, Lei n.º 8.666/93.	()	()	
09	Consta a minuta do termo de contrato, nos casos em que resulte obrigações futuras?	Art 38, inc. X, Lei nº 8.666/93	()	()	
10	Consta Parecer Prévio da Assessoria Jurídica do órgão e da Procuradoria Geral, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade da licitação?	Art. 38, Inc. VI, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 c/c Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
11	Consta documentação relativa à habilitação jurídica, quando for o caso?	Art 28, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
12	Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista?	Art 29, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
13	Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso?	Art 30, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
14	Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Art 31, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
15	Consta ato de inexigibilidade, expedido pela autoridade competente?	Art 26, Lei nº 8.666/93 c/c Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
16	Consta publicação do ato de inexigibilidade na imprensa oficial?	Art. 26, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
17	Consta uma via do termo de contrato aprovado e firmado entre as partes, com a publicação do extrato?	Art. 61 e 62, Lei n.º 8.666/93	()	()	
18					
19	Foi indicado o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, quando for o caso?	Art. 67, c/c art 73, inc I, alínea "b", Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
20	Consta o ato de designação da comissão para recebimento do material (quando for o caso)?	Art. 15, § 8º, Lei nº 8.666/93	()	()	
21	Consta encaminhamento da cópia do ato do contrato ao TCE, quando for o caso?	Art 9º, IN 004/2004, IN TCE	()	()	
	Foi obedecida a ordem cronológica dos documentos, a quantidade máxima de 200 folhas por volume e a emissão dos termos de abertura e encerramentos de volumes, quando for o caso?	Decreto de execução orçamentária vigente			

